

Tribuna Parlamentar

INFORMATIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

alepe.pe.gov.br



Constituição Cidadã: 30 anos

Resgate histórico do período em que foi elaborada a Carta Magna rememora detalhes do contexto brasileiro no final da década de 80, em pleno processo de redemocratização, e avalia os legados dessa época.

Págs. 4 e 5

ACONTECEU NA ALEPE

■ Superávit primário de R\$ 1 bilhão

A economia pernambucana está em processo de retomada do crescimento, conforme dados do Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2018. De acordo com o documento apresentado



em outubro à Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação da Alepe, o Estado registrou superávit primário de R\$ 1 bilhão no período. Na ocasião, o secretário da Fazenda, Marcelo Barros, observou que as contas ainda não apresentam o mesmo desempenho de antes da crise nacional, iniciada em 2015, mas estão em recuperação. "Isso é consequência do compromisso e do esforço do Governo em manter o equilíbrio fiscal", acrescentou o gestor.

■ Exposição de animais

A Assembleia Legislativa participou, mais uma vez, da Exposição Nordestina de Animais e Produtos Derivados, realizada entre os dias 3 e 11 de novembro, no Parque de Exposições do Cordeiro, no Recife. Na 77ª edição do evento, a Casa de Joaquim Nabuco contou com estande, coordenado pela Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural. No local, a Alepe promoveu capacitações e concurso de queijos artesanais.

VOCÊ NA ALEPE

"Estou aqui em nome da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) para agradecer a homenagem que a Assembleia Legislativa fez aos professores escolhidos como notáveis da ciência pernambucana. Sabemos o quanto é importante para um País o conhecimento e a educação."



Anísio Brasileiro

Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, durante Grande Expediente Especial que comemorou a Semana Nacional e Estadual de Ciência e Tecnologia, no dia 25 de outubro.

"Esse assunto nos interessa porque a atuação da Polícia Civil e da Delegacia de Crimes contra a Administração e Serviços Públicos está alinhada ao combate à corrupção. Nós queremos acompanhar de perto o impacto dessas mudanças sobre o enfrentamento a esse tipo de ilícito."



Márcio Santana

Servidor público do Tribunal de Contas de Pernambuco (Sindicant-PE), durante a apreciação da proposta de criação, na Polícia Civil, do Departamento de Repressão ao Crime Organizado, no dia 30 de outubro.

Acompanhe também os perfis da Alepe nas redes sociais e fique por dentro das atividades que acontecem dentro da Casa. Além de informar, as plataformas também facilitam a participação dos cidadãos no Legislativo, construindo debates e colaborando com decisões importantes para a vida do povo pernambucano.



assembleiape



alepeoficial



assembleiape



alepenatv

EM FOCO

História da Constituição on-line

Para comemorar os 30 anos da Constituição de 1988, o Congresso Nacional lançou um site especial



para divulgar o acervo de imagens e publicações sobre o processo que gerou a atual Carta Magna brasileira. O material permite um mergulho no momento histórico que resultou na Constituição Cidadã, por meio de jornais e reportagens de TV da época. Também é possível assistir a debates e entrevistas atuais que discutem o legado do texto constitucional depois de três décadas.



Fique Sabendo

Confira a história da elaboração da Constituição através de imagens e publicações da época. É possível ver, inclusive, as emendas apresentadas por iniciativa popular e pelos legisladores eleitos.



● SÉRIE ESPECIAL

O que a indústria de Pernambuco espera da política

Em épocas de crise, é sobre os investimentos que pesa a caneta dos governantes. Como existem limites mínimos a serem respeitados em áreas como saúde e educação, são as obras públicas os primeiros alvos dos cortes. Na terceira e última reportagem da série Economia e Eleições, representantes da indústria apontam pautas a serem enfrentadas pelo setor.



Luciano Galvão Filho

Há pelo menos 1,5 mil obras públicas paralisadas em Pernambuco, segundo o levantamento mais recente divulgado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-PE). O inventário inclui apenas contratos sob responsabilidade do Governo do Estado e das prefeituras. “A infraestrutura de Pernambuco está se deteriorando. Precisamos resolver problemas no Porto de Suape e fazer o Arco Metropolitano. A Adutora do Agreste já deveria estar pronta e a Ferrovia Transnordestina precisa ter um destino”, enumera o presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco (Fiepe), Ricardo Essinger.

Ele não acredita na possibilidade de que projetos como esses sejam concluídos em breve. A apreensão tem

fundamento. Se em 2013, quando a arrecadação vivia seus melhores dias, a gestão pernambucana destinou R\$ 2,9 bilhões para obras e para a compra de equipamentos, nos últimos três anos esse valor mal ultrapassou R\$ 1 bilhão por ano.

Secretário-executivo do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Pernambuco (Simmepe), Girley Brasileiro relata como toda uma cadeia pode sofrer com mudanças bruscas nos investimentos públicos. Projetado para ser a âncora da industrialização de Pernambuco, o Polo Naval do Complexo de Suape (Região Metropolitana do Recife) tem como clientes a Petrobras e as subsidiárias dela. Com toda a turbulência pelo envolvimento da empresa em escândalos de corrupção, boa parte dos contratos com os estaleiros foi cancelada. “Apesar dos incentivos fiscais de que o Estado dispõe, ninguém tem coragem de investir”, descreve Brasileiro.



FOTO: SABRINA NÓBREGA

Segmento defende investimentos em infraestrutura e redução de impostos

A baixa demanda também tem sido um problema para o setor de construção civil. Para o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil de Pernambuco (Sinduscon-PE), José Antonio Simón, uma saída pode ser a criação de um fundo estadual destinado à edificação de habitações de interesse social. Isso garantiria recursos para uma política semelhante ao Programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal. “Nosso déficit habitacional ainda é razoável”, observa.

ALTERNATIVAS DE ENERGIA

Instabilidade na oferta de energia elétrica e altas tarifas relacionadas ao serviço são obstáculos à expansão da atividade industrial no Estado. Servindo-se principalmente de hidrelétricas e de termelétricas, a geração de energia sofre influência da inconsistência das chuvas, dos altos e baixos dos níveis de reservatórios e dos elevados custos de produção pelas térmicas. Para a presidente do Sindicato da Indústria do Gesso de Pernambuco

(Sindugesso), Ceiza Costa, é preciso contar com o apoio do Poder Público para diversificar a matriz energética e investir em fontes de energia limpa.

REDUZIR IMPOSTOS

Se a demanda por investimentos públicos é uma constante no discurso de quem se dedica à indústria, equilibrar essa necessidade com o imperativo de manter saudáveis as contas dos governos não é uma equação simples – e o caminho mais fácil para a gestão, o de aumentar tributos, é também o mais doloroso para o contribuinte. “Para voltarmos a crescer, precisamos de austeridade fiscal capaz de aumentar a produção e não, os impostos”, pontua Ricardo Essinger, da Fiepe.



Saiba mais

Para saber mais sobre o assunto, acesse pelo QR Code ou no link: alepe.pe.gov.br/noticias-especiais/



● CONSTITUIÇÃO FEDERAL

30 anos de cidadania

Memórias e legados do processo que resultou na atual Carta Magna

Edson Alves Jr.

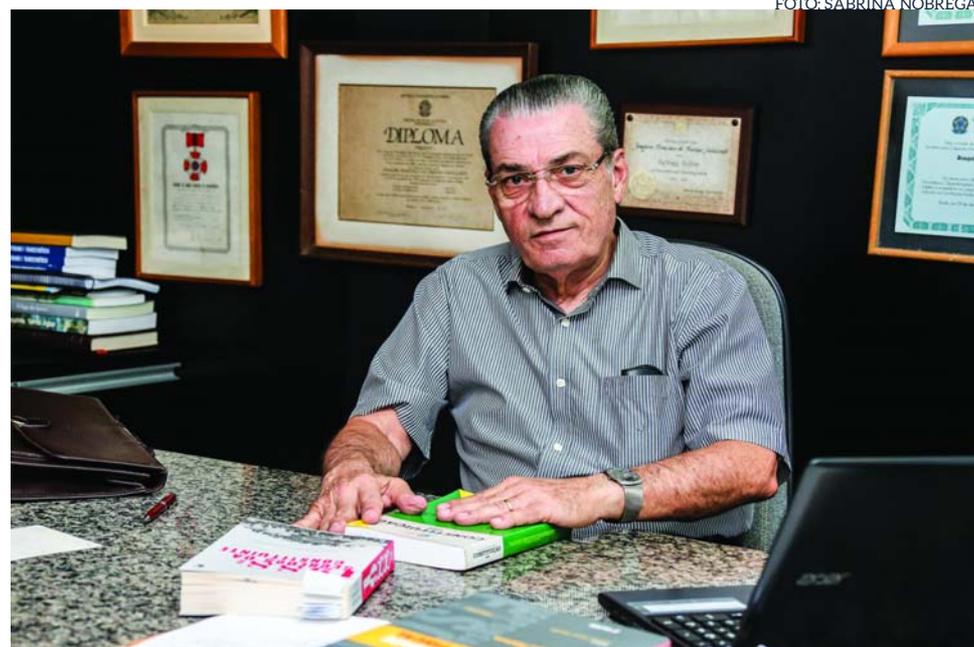
O período entre 1º de fevereiro de 1987 e 5 de outubro de 1988 foi intenso para os 512 deputados e 82 senadores que compunham o Congresso Nacional. Foi quando os representantes eleitos pelo povo cumpriram a promessa de elaborar uma nova Constituição para um Brasil em plena redemocratização.

Um cidadão cuja vida é salva graças ao atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) pode até não saber, mas a origem desse formato atual – com acesso integral, universal e gratuito – surgiu com a chamada “Constituição Cidadã”. Antes dela, a saúde pública prestava assistência apenas aos trabalhadores vinculados à Previdência Social. Os demais cidadãos precisavam recorrer a entidades filantrópicas.

“Essa conquista veio de um movimento de médicos públicos que havia à época”, lembra Maria Lúcia Barbosa, professora de Direito Constitucional da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). “Conseguimos criar diretrizes para que o Estado se responsabilizasse pelos direitos sociais, pois não adianta termos liberdade sem o mínimo de dignidade”, complementa.

Também as operações contra a corrupção foram viabilizadas pelo aumento dos poderes do Ministério Público, definido como “instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”. A Carta Magna de 1988 ainda garante a independência funcional do órgão.

“Meu primeiro mandato de deputado federal foi na Constituinte. Era um ambiente



Joaquim Francisco exerceu primeiro mandato como deputado federal na Constituinte

“muito conflituoso e efervescente”, recorda Joaquim Francisco, ex-governador de Pernambuco e parlamentar, na época, pelo então Partido da Frente Liberal (PFL). “Havia manifestações permanentes. Entidades empresariais, como os grupos de comunicação, por exemplo, estabeleciam muita pressão”, relata. “Os movimentos sociais faziam um painel dos constituintes, dizendo quem era, na visão deles, a favor do povo ou contra ele, e espalhavam essa mensagem em outdoors.”

A participação da sociedade civil organizada também se fez notar na proposição de emendas populares. Para acelerar a reforma agrária, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (Contag) realizou debates e recolheu assinaturas, conta José Francisco da Silva, que presidiu a entidade entre 1968 e 1986.

“ Fizemos uma mobilização que juntou sindicatos e federações de trabalhadores de todo o Brasil e conseguimos em torno de um milhão de apoiadores”, afirma.

No entanto, a proposta — que determinava “posse imediata dos assentados, com questionamentos sobre a avaliação do preço da terra posteriormente, na Justiça”, conforme o ex-presidente da Contag — foi rejeitada pelos constituintes. Apesar da derrota, ele analisa positivamente o legado daquela Assembleia. “Com a conciliação que houve sobre o texto da reforma agrária, obtivemos muitos direitos. No fim, o saldo foi positivo”, ressalta o militante, que também seria prefeito da cidade de Orobó (Agreste Setentrional) entre 1997 e 2004.

O ex-governador Joaquim Francisco concorda. “Apesar dos conflitos, se fizermos



Povos indígenas ocuparam galerias do Congresso Nacional para exigir demarcação de terras



FOTO: ARQUIVO/AGÊNCIA BRASIL/BRASÍLIA

uma análise sociológica do processo, podemos ver que prevaleceu a capacidade do nosso sistema político de fazer acordos”, considera. “Mesmo com toda a reviravolta em que setores mais conservadores – reunidos no que ficou conhecido como ‘centrão’ – tiveram mais poder na Constituinte, não podemos dizer que os direitos políticos e sociais não foram preservados”, observa ele, que preside o Instituto Teotônio Vilela em Pernambuco (ITV-PE), órgão de formação política do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

LEGADO

Finalizada há três décadas, a experiência da Assembleia Nacional Constituinte ainda repercute. “A saída do período autoritário fez o texto constitucional ter preocupação em assegurar necessidades básicas, mas o deixou permeado de monopólios estatais”, avalia Fernanda Braga Maranhão, integrante da Comissão Federal da Mulher da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

“É uma Constituição em que aparece 76 vezes a palavra ‘direito’, mas apenas quatro vezes a palavra ‘dever’”, complementa a advogada, que também é procuradora do Estado de Pernambuco. “Excessos de intervencionismo foram corrigidos nos últimos 30 anos”, comenta. Aprimoramentos, contudo, carecem de consensos políticos que, na análise de Fernanda, ainda precisariam ser firmados com a sociedade: “Queremos um governo como foi pensado em 1988 ou algo diferente?”, questiona.

A professora Maria Lúcia Barbosa percebe a questão de modo diverso. Para ela, “o



Milhares de brasileiros acompanharam as votações da Assembleia Nacional Constituinte no gramado do Congresso Nacional

aspecto social da Carta Magna tem sido corroído por mudanças, como a emenda à Constituição que estabelece o teto de gastos”. “No caso das comunidades indígenas, por exemplo, deveríamos ter amarrado melhor, o que evitaria a recente condenação que o Brasil sofreu na Corte Interamericana de Direitos Humanos com relação a esse assunto”, acrescenta.

UMA NOVA CONSTITUIÇÃO?

Depois de 30 anos e 105 emendas, porém, ainda restam sugestões de alterações. Para Maria Lúcia Barbosa, um caminho de reforma constitucional seria aumentar as possibilidades de participação direta da população por meio de plebiscitos e referendos. “Há uma acusação equivocada de que isso possa levar ao autoritarismo, citando o exemplo da Venezuela. Mas as mudanças antidemocráticas só ocorreram

lá porque foram chanceladas por um sistema judiciário que descumpriu seu papel, e não pela participação do povo”, opina a professora, que realizou pesquisa de doutorado sobre as constituições promulgadas na Venezuela, no Equador e na Bolívia entre 1999 e 2000.

Por outro lado, Fernanda Maranhão vê com mais cautela o uso de mecanismos plebiscitários. “Esses instrumentos são baseados em voto de maioria, enquanto a representação proporcional tem como objetivo assegurar a representação das minorias. Não é todo e qualquer tema que deve ser decidido sem levar em conta a situação dos segmentos minoritários”, argumenta a advogada.

Joaquim Francisco indica que o papel do Supremo Tribunal Federal (STF) deveria ser repensado. Ele também defende o fim das medidas

provisórias. “Mas isso só seria possível com a redução do número de partidos”, observa o constituinte, propondo uma cláusula de barreira que limite a atuação parlamentar a legendas que alcancem uma porcentagem mínima de votos totais.

Contudo, a questão principal a ser repensada em qualquer reforma, afirma o ex-governador, é o da representatividade política dos cidadãos. “Se o povo não se acha representado pelas pessoas que ele mesmo elegeu, temos uma contradição insanável dentro da democracia brasileira”, conclui.

Saiba mais

Para saber mais sobre o assunto, acesse pelo QR Code ou no link:

alepe.pe.gov.br/noticias-especiais/

● REPRESENTATIVIDADE

A vez delas

Participação feminina nas casas legislativas cresce em 2018, mas desafios financeiros e culturais ainda atrapalham equidade de gênero na política

Helena Alencar

Feito inédito para Pernambuco: neste ano, dez mulheres foram eleitas para a Assembleia Legislativa. O número foi o maior registrado até então, representando mais de 20% do total de parlamentares. E nesse pleito de 2018, a trajetória de uma mulher foi a mais lembrada: a da delegada Gleide Ângelo (PSB), que, ao ser escolhida por 412.636 pernambucanos (9,15% dos votos válidos), tornou-se a candidata mais votada da história da Alepe.

“As mulheres querem e precisam ter igualdade em todos os espaços, inclusive nas urnas. Não estou chegando sozinha. Trago comigo o grito delas”, ressalta Gleide Ângelo.

A quantidade de parlamentares eleitas é o dobro da registrada no pleito anterior, em 2014. Antes, o recorde havia sido na disputa de 2002, quando oito mulheres conquistaram cadeiras na Casa de Joaquim Nabuco. Da eleição da pioneira Adalgisa Cavalcanti, em 1945, até 2001, o Estado só havia contado com nove deputadas.

Além do quantitativo, 2018 também se destaca por outra novidade promovida por elas: um mandato coletivo composto por cinco mulheres, o Jun-

tas (PSOL). “A gente espera que haja participação popular e dos movimentos sociais dentro do processo organizativo da ‘mandata’, pautando causas que são ricas para nós”, afirmou Jô Cavalcanti, que representou o coletivo nas urnas.

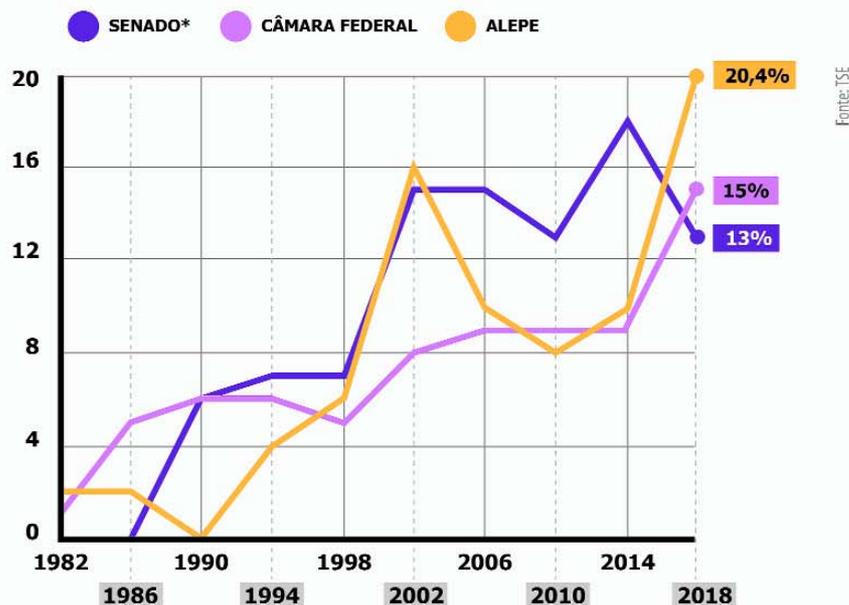
Aos poucos, a participação feminina na política vem crescendo no Estado e no País (ver gráfico). No entanto, ainda é longo o caminho que metade da população brasileira precisa trilhar. “Como as mulheres não possuem um nível de participação equivalente à proporção demográfica, elas estão sendo sub-representadas”, explica a professora Michelle Fernandez, pesquisadora da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (Facepe).

“Há duas questões: a incorporação de um amplo setor da população do ponto de vista quantitativo e uma representação política substantiva, com uma agenda de temas que são caros e importantes para elas”, complementa a pós-doutora do Centro para o Estudo de Instituições Democráticas da Vanderbilt University (EUA) Nara Pavão.

Segundo a especialista, atualmente professora visitante do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco

A PASSOS LENTOS

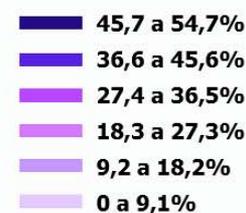
Mesmo com garantias legais, Congresso Nacional e Alepe ainda estão distantes da igualdade de gênero na representação política



*Número de eleitas como titulares. Percentuais são arredondados e se referem ao número de cadeiras em disputa, que se alternam entre um terço (27) e dois terços (54) no Senado Federal

NA RETAGUARDA DO CONTINENTE

Na América Latina, Brasil só fica na frente de Guatemala e Haiti na quantidade de mulheres nas câmaras baixas (equivalente à Câmara de Deputados)



Fonte: União Interparlamentar (2018)

(UFPE), pesquisas mostram que as prioridades das mulheres costumam ser diferentes daquelas dos homens. “Se preocupam mais com saúde e educação e menos com questões internacionais.”

Nara Pavão ainda revela que democracias que têm maior participação feminina produzem resultados diferentes: “Nota-se que há menos corrupção e melhor controle institucional entre os po-

deres. A desigualdade tende a ser menor e o grau de desenvolvimento econômico e social, maior”.

NÚMEROS

Diante de tantas vantagens, pode-se questionar por que as mulheres ainda são pouco presentes na política partidária. Conforme os dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no Brasil, foram eleitas neste ano 77 deputadas federais, 26 a mais do que em 2014. Apesar do crescimento, o quantitativo representa apenas 15% do total de 513 parlamentares. Além disso, elas também conquistaram sete das 54 cadeiras do Senado disponíveis para a eleição de 2018.

Nas assembleias de todo o País, foram eleitas 161 deputadas estaduais de um total de 1.059 – o que representou um aumento de 42 postos em relação a 2014. No *ranking* de presença feminina nos parlamentos estaduais, a Alepe aparece na sexta posição.

O resultado, contudo, mostra uma falta de proporcionalidade persistente entre o número de candidatas – que obedece ao mínimo de 30% determinado na Lei das Eleições – e o de eleitas. “A cota de gênero não é suficiente, mas é importante, e a gente não pode retroceder”, analisa a professora Michelle Fernandez.

Para a especialista nas áreas de políticas públicas e participação da mulher na política, falta estrutura de campanha para eleger as candidatas: “Até esta eleição, não havia obrigatoriedade de investimento”, lembra. Ela se refere à Reforma Eleitoral de 2015, que alterou a Lei dos Parti-

dos Políticos para incentivar a participação feminina por meio de cotas do fundo partidário e da propaganda obrigatória em rádio e TV. No pleito de 2018, elas passaram, ainda, a ter direito a 30% dos recursos do fundo eleitoral, por determinação do TSE.

O resultado: este ano, o número de mulheres se manteve no Senado, mas aumentou em 51% na Câmara dos Deputados e em 35% nas Assembleias Legislativas estaduais.

MUNDO

No cenário internacional, o desempenho brasileiro é pífio. A pesquisa Mulheres nos Parlamentos, da União

Pela primeira vez em Pernambuco, as mulheres conquistaram dez das 49 vagas disponíveis na Alepe

Interparlamentar, posicionou o País em 156º no *ranking* de participação feminina no Poder Legislativo. A lista é encabeçada por Ruanda, seguida por Cuba, Bolívia e México. Também estamos abaixo da média das Américas, que é de 29,5%.

Nessas democracias latinas, a situação é resultado de leis de paridade implantadas nos últimos anos, explica Nara Pavão: “No sistema de lista fechada (caso da Bolívia e do México), quem define a ordem em que os candidatos aparecem é o partido. E a população vota na legenda, enquanto, no Brasil, a gente vota no candidato”. Para

a cientista política, a indução é boa. “Lá não se pode colocar as mulheres no final da lista.”

Não só a má distribuição de recursos financeiros afeta a equidade de gênero nos espaços de decisão. De acordo com a professora Nara Pavão, é preciso atentar, também, para os chamados “recursos simbólicos”. “Existe o problema da desigualdade na distribuição dos números mais ou menos fáceis de memorizar, por exemplo, de modo que elas não se tornem competitivas”, diz.

Além disso, observa a pesquisadora, a desigualdade em outros campos acentua o desequilíbrio eleitoral. “A exclusão feminina não se dá só na política. O confinamento da mulher à vida privada reforça o estereótipo de que ela não é competente para a esfera pública, o que inclui qualquer função não enquadrada em serviços domésticos: cargos de direção, postos de poder... E quando ocupam, elas não são recompensadas da mesma forma que os homens”, lamenta Pavão.

MUDANÇA

Além das políticas afirmativas, as eleições de 2018 foram marcadas pela maior visibilidade das candidatas nas mídias sociais, acrescenta Michelle Fernandez. “Percebe-se a emergência de uma necessidade da mulher de se sentir representada”, destaca.

Saiba mais

Para saber mais sobre o assunto, acesse pelo QR Code ou no link:



alepe.pe.gov.br/noticias-especiais/

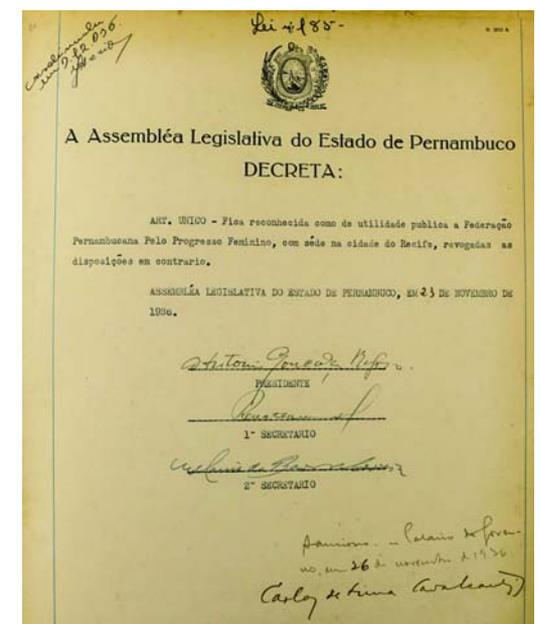
Documento Histórico

Reconhecimento à Federação pelo Progresso Feminino

Criada com o objetivo de defender os direitos das mulheres, a Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino foi instituída em 10 de novembro de 1931. A primeira presidente da entidade foi Edwiges de Sá Pereira, um dos nomes da campanha pela conquista do voto feminino.

A principal bandeira foi a formação intelectual das mulheres, visando ampliar a participação delas nas decisões políticas e administrativas do Estado. Naquele momento, o contexto era de uma sociedade conformada com a aristocracia açucareira e atrelada a valores tradicionalistas.

Em reconhecimento aos serviços prestados pela entidade, a Assembleia Legislativa declarou de utilidade pública a Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino, por meio da Lei nº 185, de 23 de dezembro de 1936. A concessão desse título tem por finalidade habilitar instituições do Estado a receber recursos públicos.



CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo. Lei nº 185, de 23 de Novembro de 1936. Acervo do Arquivo Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

Guerra aos canudos

Por ano, oceano recebe oito milhões de toneladas de plástico, que levam séculos para se decompor. Projeto de lei na Alepe quer proibi-los em Pernambuco

André Zahar

Considerado sagrado em inúmeras culturas, o mar é o destino de oito milhões de toneladas de plástico por ano. Depois que um vídeo mostrando uma tartaruga marinha resgatada

com um canudo preso na narina viralizou, campanhas e petições on-line pelo banimento do produto surgiram em diversas cidades e países do mundo.

Em Pernambuco, tramita na Assembleia Legislativa (Alepe) o Projeto de Lei nº 1928/2018, que pretende proibir, a partir de 2022, a fabricação, comercialização e distribuição gratuita de canudos flexíveis plásticos usados para ingerir líquidos. A proposição foi protocolada pelo deputado Everaldo Cabral (PP). Iniciativas semelhantes já foram aprovadas nas cidades do Rio de Janeiro e de Seattle (EUA), assim como no Estado do Rio Grande no Norte.

“A proposta visa evitar toda sorte de poluição e degradação ambiental”, diz o parlamentar pernambucano. A restrição não se aplica aos canudos de papel ou de outro material biodegradável. Os de plástico que estejam no mercado ou nos estoques poderão ser comercializados até o último dia do ano anterior à data de proibição prevista no texto.

O professor da Universidade de São Paulo (USP) Alexander Turra considera que a medida é interessante porque “permite uma estratégia de comunica-



Restos de objetos têm sido achados com frequência no trato digestivo de animais

ção fácil e gera uma reflexão sobre itens que não são realmente necessários para as pessoas”. No entanto, segundo ele, uma norma desse tipo “pode passar a impressão de que apenas banindo o canudo se resolve o problema”. Para o ecologista, mais do que simplesmente proibir, é necessário educar a população.

RESÍDUOS

Desde 1980, o Projeto Tamar atua em defesa da conservação marinha. Coordenador-técnico do projeto em São Paulo, Henrique Becker relata que restos de plástico têm sido encontrados com frequência no trato digestivo de animais encontrados mortos em todo o País. “É comum encontrar sacolinhas e embalagens, além de fragmentos de diversas origens (eletrodomésticos, brinquedos, tampas, lacres e outros)”, descreve o biólogo.

Em 2017, quando o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente lançou no Brasil a campanha #MaresLimpos, foram coletados, no País, 50 mil filtros de cigarro, 10 mil tampas de garrafas pet, 10 mil canudos, 7 mil garrafas plásticas e 6,8 mil sacolas de supermercado.

Coordenadora da campanha, Fernanda Daltro avalia

que o canudinho é emblemático por ser o tipo de item que, além de evitável, dificilmente chega a ser reciclado. Ela frisa, que, independentemente do tipo de produto, a tendência é a mesma: uma vez no mar, eles se degradam em fragmentos menores que passam a se acumular na cadeia alimentar, atingindo toda a fauna marinha e quem se alimenta dela, incluindo o ser humano. “O uso de itens de plástico precisa ser revisto pela sociedade”, diz.

O gerente-geral de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) de Pernambuco, Paulo Teixeira, vê com bons olhos a iniciativa do projeto de lei estadual. Ele também informou que a gestão realiza atividades de educação ambiental em parceria com a Comissão de Meio Ambiente da Alepe. “O consumidor eficiente se torna um fiscal de quem faz errado”, emenda.

O plástico leva até **450 ANOS** para se decompor

No total, há **150 MILHÕES DE TONELADAS** de plásticos nos oceanos

Caso o consumo mantenha o ritmo de hoje, haverá **MAIS PLÁSTICO DO QUE PEIXES** até 2050

Fonte: ONU Meio Ambiente, Fórum Econômico Mundial, Scientific Reports / Nature

Saiba mais

Para saber mais sobre o assunto, acesse pelo QR Code ou no link: alepe.pe.gov.br/noticias-especiais/

